

## ASSEMBLEIA NACIONAL

### Lei n.º 35/VIII/2013

de 7 de Agosto

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea c) do artigo 175.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

#### Objecto

É concedida ao Governo autorização legislativa para alterar o regime jurídico dos Portos de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 10/2010, de 1 de Novembro.

Artigo 2.º

#### Sentido e extensão

No âmbito da autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º, o Governo está autorizado a:

- a) Definir o regime de bens de domínio público portuário;
- b) Estabelecer que a ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S. A. (ENAPOR) é a concessionária geral dos portos de Cabo Verde, devendo subconcessionar sempre que possível a operação e os serviços portuários aos agentes económicos;
- c) Clarificar a distribuição de competências entre os diversos agentes públicos do sector marítimo e portuário, nomeadamente a Direcção-Geral de Mobilidade e Transportes, serviço integrado do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, o Instituto Marítimo e Portuário e a ENAPOR;
- d) Eliminar o requisito de acesso à actividade de operador portuário que consiste na obrigatoriedade de as empresas que pretendam desenvolver esta actividade disporem de objecto social exclusivo.

Artigo 3.º

#### Duração

A presente autorização legislativa tem a duração de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 4.º

#### Entrada em Vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 27 de Junho de 2013

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

Promulgada em 22 de Julho de 2013

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Assinada em 23 de Julho de 2013

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

### Lei n.º 36/VIII/2013

de 7 de Agosto

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea c) do artigo 175.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

#### Objecto

É concedida ao Governo autorização legislativa para aprovar o regime da duração e horário de trabalho na Administração Pública.

Artigo 2.º

#### Sentido e extensão

A autorização legislativa referida no artigo anterior tem o seguinte sentido e extensão:

- a) Fixação da duração diária de trabalho em 7H30 (sete horas e trinta minutos), e da duração semanal do trabalho em 37H30 (trinta e sete horas e trinta minutos), sem prejuízo de duração inferior, tendo em conta a condição do funcionário, devidamente comprovada ou regimes especiais;
- b) Estabelecimento de um dia de descanso semanal que, em princípio, deve coincidir com o domingo, podendo o Governo conceder um dia de descanso complementar que deve coincidir com o sábado;
- c) Implementação do horário único na Administração Pública de forma contínua das 8h00 às 17h00 com fixação da duração de intervalo para refeição de 30 m (trinta minutos), sem prejuízo de estabelecer um período de intervalo transitório de 45 m (quarenta e cinco minutos);
- d) Consagração do controlo de assiduidade e pontualidade através de sistema de registo automático, mecânico, informático, biométrico ou outros, nos termos da lei, a definir por Portaria do Membro do Governo responsável pela Administração Pública;
- e) Estabelecimento da faculdade de dispensa de trabalho extraordinário em determinadas circunstâncias;
- f) Criação do regime de prestação de trabalho sujeito apenas ao cumprimento de objectivos definidos.

Artigo 3.º

#### Duração

A presente autorização legislativa tem a duração de 120 (cento e vinte) dias.